



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 126

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2004

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Natálio Stica
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Valdir Rossoni
PMDB.....	Antonio Anibelli
PP .....	Duílio Genari
PT .....	Elton Carlos Welter
PDT .....	Barbosa Neto
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Mauro Moraes
PPS.....	Ratinho Júnior
PSB .....	Dr. Luciano Ducci

## Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
13 DE DEZEMBRO DE 2004**

*(segunda-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

#### O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

#### O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Ofícios:

Sob os nºs CTL/CC/204, 205, 206 e 208/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

405/2004: Do Poder Executivo, que institui, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, o Programa Estadual de Assistência a Vítimas e a Teste-

munhas Ameaçadas - PROVITA Paraná, o qual foi convertido em Lei nº 14.551. **Anote-se. Archive-se.**

203/2004: Do Poder Executivo, que prorroga por 1 (um) ano o prazo para conclusão dos trabalhos previstos pelo parágrafo 5º, do artigo 2º, da Lei nº 11255/95, necessários ao cumprimento das disposições da Lei nº 13570/2002, o qual foi convertido em Lei nº 14.552. **Anote-se. Archive-se.**

368/2004: Do Poder Executivo, que dispensa de pagamento os créditos tributáveis relativos ao IPVA, dos veículos baixados até 31.12.2004, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.553. **Anote-se. Archive-se.**

733/2003: De autoria do Deputado Antonio Anibelli, que dispõe que a remuneração dos cargos de provimento em comissão de Secretário de Estado, será composta de vencimento único no valor de R\$ 11.925,44, o qual foi convertido em Lei nº 14.554. **Anote-se. Archive-se.**

Sob o nº CTL/CC/207/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 185/04, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 2253

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.12.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 2270

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje, o Projeto de Lei nº 448/2004, por 03 (três) Sessões.

Sala das Sessões, em 13.12.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 2266

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais com base no artigo 121 do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 445/2004 e 473/2004, que dispõe sobre regu-

lamentação de compras de materiais usados por estabelecimentos comerciais no Estado.

Sala das Sessões, em 13.12.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 2254

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à nova Diretoria do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná - SINDUSCON-PR, para o triênio 2004/2007, empossada no último dia 06 de dezembro de 2004.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Dr. Júlio César de Souza Araújo Filho, atual Presidente do SINDUSCON-PR, à Rua da Glória, 175, Centro Cívico, CEP 80030-060, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 13.12.2004.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 2263

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de votos de congratulações ao escritor Idalto José de Almeida pelo lançamento do livro “Presença Negra em Londrina - História da Caminhada de um Povo”.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia ao escritor pelo endereço: Rua Piauí, 191 - Ap. 204 - Edifício Centro Comercial - CEP 86010-420 Londrina/PR.

Sala das Sessões, em 13.12.2004.

(a) ELZA CORREIA

#### JUSTIFICATIVA:

Separada por décadas, dos anos 30 até hoje, a obra traz personalidades negras das diversas áreas como empreendedores, trabalhadores rurais, urbanos e profissionais liberais.

O lançamento faz parte das comemorações do aniversário de 70 anos de Londrina.

Neste sentido é que propomos nossos votos de congratulações ao escritor Idalto, pelo lançamento da obra “Presença Negra em Londrina - História da Caminhada de um Povo”, que dá o devido destaque às personalidades negras na história da cidade de Londrina.

#### REQUERIMENTO Nº 2255

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos nos Anais desta Casa, votos de louvor para a atleta Vívian Morimoto, do Município de Maringá, por ter sido indicada pelo Comitê Olímpico Brasileiro - COB, como a melhor atleta

brasileira de softball, no ano de 2004, em solenidade ocorrida no último dia 07.12.2004, no Rio de Janeiro.

A modalidade de softball, apesar de não ter conseguido medalhas nas disputas das últimas Olimpíadas de Atenas, apresentou um elevado crescimento do seu índice técnico, e, o fato de Vívian Morimoto ter sido considerada pelos técnicos e jornalistas especializados como a melhor atleta brasileira, já é motivo de orgulho para o nosso Estado e em especial para o Município de Maringá, onde tem a sua origem.

Desta forma, a Assembléia Legislativa faz constar nos seus Anais este voto de louvor, em reconhecimento à dedicação e alto espírito olímpico da atleta acima citada.

Sala das Sessões, em 13.12.2004.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### JUSTIFICATIVA:

O currículo de Vívian Morimoto fala por si e o apresento como justificativa para a concessão da menção citada no requerimento.

Nascida em 03.05.88, em Maringá, portanto com 16 anos de idade, filha de Vitório e Júlia Morimoto, tem dois irmãos: Vitor Hugo e Alex Morimoto. Vívian cursa o Ensino Médio.

Começou a treinar softball aos sete anos de idade, tendo conseguido as seguintes láureas: Campeã Brasileira por nove vezes (desde a fase mirim); bi-Campeã Sulamericana Júnior e Adulto em 2002/2003; vice-Campeã Sulamericana Adulto em 2004; Campeã da Taça Brasil Adulto de Softball em 2004; Campeã no Brasileiro Adulto e Júnior de 2004, tendo sido convocada e atuou três vezes pela Seleção Brasileira.

Assim dito e justificado, conto com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

#### REQUERIMENTO Nº 2258

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Valdecleir de Peder.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.12.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2259

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. José Joaquim Martins Ribeiro. A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.12.2004.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2260

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Viação Garcia, em comemoração aos 70 anos de sua fundação.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.12.2004.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2267

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a consagração de felicitações especiais, nos Anais da Sessão desta data, para a equipe Copagril/Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon pela conquista do Campeonato Paranaense de Futebol de Salão, série Prata, na última quarta-feira, dia 08 de dezembro, na cidade de Marechal Cândido Rondon, assegurando vaga com o título inédito na Chave Ouro 2005 e de representar o Estado do Paraná na Copa Sul.

ATLETAS CAMPEÕES: Adilson de Oliveira, Diogo Ricardo Stimer Schneider, Diovani Luiz Verona, Éderson Luiz Kotz, Eduardo Paes do Amaral, Éverton Daga, Gilson César de Oliveira, Kleber Luiz Duarte, Maico João Bamberg Tonelli, Maicon Junior Bosco, Márcio Gens Lindner, Marcos Etelvino Vila, Marlus César Radke, Oneide Rocha de Oliveira, Osmar Martins da Cunha, Osnei de Oliveira, Paulo Henrique Giesel, Rafael Luiz Muller, Renan Felipe Hartmann Nunes, Valdoir Pavani e Vilson Behn.

DIRIGENTES CAMPEÕES: Presidente: Adolir Weber; Diretor Municipal de Esportes: Delmar Kühl; Diretor Esportivo: Jairo José Tetzlaff; Técnico: Éder Tiago Melo; Preparador Físico: Roberto Nunes; Massagista: Ivo Weber.

A Assembléia Legislativa do Paraná, se assim entenderem seus nobres Parlamentares, por este Deputado na condição de legítimo representante legislativo de Marechal Cândido Rondon neste Parlamento, rende a sua efusiva homenagem aos atletas e dirigentes, bem como aos seus familiares; e igualmente formulando congratulações especiais aos Srs. Edson Wasem e Valdir Port, respectivamente, Prefeito e Vice-Prefeito de Marechal Cândido Rondon, e aos Srs. Ricardo Chapla e Adelar Borth, respectivamente, Diretor-Presidente e Diretor-Secretário da Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda - COPAGRIL - pelo relevante apoio prestado para a conquista desse relevante título no esporte paranaense.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se que da decisão seja dado ciência:

01) ao Sr. Edson Wasem, Prefeito Municipal e ao Sr. Valdir Port, Vice-Prefeito Municipal, via correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal de

Marechal Cândido Rondon, à Rua Espírito Santo, 777 - CEP: 85.960-000 - Mal. Cândido Rondon-PR;

02) ao Sr. Delmar Kühl, Diretor de Esportes de Marechal Cândido Rondon, à Rua Ceará, 1515 - CEP: 85.960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR; e

03) aos Srs. Ricardo Chapla e Adelar Borth, respectivamente, Diretor-Presidente e Diretor-Secretário da Copagril, e como também, aos atletas e dirigentes campeões, via missivas individuais a serem remetidas à Avenida 9 de Agosto 700 - CEP: 85.960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 13.12.2004.

(a) ELIO RUSCH

## REQUERIMENTO Nº 2256

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, encaminhando documentos conforme segue em anexo.

Sala das Sessões, em 13.12.2004.

(a) BARBOSA NETO

“OFÍCIO Nº 1748/2004

União da Vitória, 07.12.2004.

Prezado Senhor:

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminhamos cópia do Requerimento nº 355/2004 do Vereador Sérgio Andrekowicz, aprovado em Sessão do dia 06 de dezembro de 2004, solicitamos a V. Exa., o indispensável apoio no sentido de gestionar junto ao órgão competente a solução do grave problema que enfrentamos.

Atenciosamente,

(aa) CORDOVAN FREDERICO DE MELO JUNIOR

Presidente da Mesa Diretora

JOSÉ PEDRO WALK

1º Secretário”

“REQUERIMENTO Nº 355/2004

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de União da Vitória:

O Vereador que este subscreve, no uso legal de suas atribuições conferidas no Regimento Interno desta Casa de Leis, vem com o devido respeito e acatamento, após ouvido o Plenário, solicitar junto ao Sr. Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, para que tomem urgentes providências no sentido de sanar o grave problema verificado no Instituto Médico Legal de União da Vitória, onde o falecimento da Auxiliar de Necropsia gerou a falta de funcionário especializado, o que impossibilita que os corpos sejam necropsiados em União da Vitória obrigando que esses sejam levados à Capital do Estado, trazendo transtornos às famílias, gerando despesas desnecessárias com manutenção de veículos, combustíveis e motorista, além do evidente risco de acidentes.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) SÉRGIO ANDREKOWICZ  
Vereador”

## REQUERIMENTO Nº 2257

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, encaminhando documentos conforme segue anexo.

Sala das Sessões, em 13.12.2004.

(a) BARBOSA NETO

“De: ‘Tarcisio’ <tmartins@rantac.net>

Para: ‘Deputado Barbosa Neto’ <imprensa@barbosanetopr.com.br>

Enviada em: sexta-feira, 10 de dezembro de 2004 23:57

Assunto: Re: empenho para reparar um esquecimento

Caro deputado Barbosa Neto.

Meu caso e de outros professores do ensino superior, fundadores da Universidade de Londrina, fomos colocados em um quadro em extinção em 1976. Nenhum Governo nos esqueceu, tivemos sempre os reajustes que a categoria recebeu. Infelizmente criaram um novo quadro para as Universidades, nos esqueceram, criaram outro quadro para os professores do ensino fundamental e médio, nos esqueceram de novo. Agora o Estado vai dar reajuste para o funcionalismo público, e nós vamos ficar de fora de novo, enviei email, para V. Exa. e para todos os deputados da Casa. Ninguém disse nada, assim como não disseram nada o Governador, o Secretário da Educação e eles receberam minha correspondência em junho.

Aguardo seu pronunciamento.

Alguém tem de defender os professores que carregam o fardo da iniciação do ensino superior no interior.

Tarciso Martins <tmartins@rantac.net>

fone: 43-3321 67 02 Londrina-PR.”

## REQUERIMENTO Nº 2265

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam prestadas pelo Secretário de Estado da Comunicação Social, Sr. Ailton Pissetti, informações a propósito do Edital de Licitação, na modalidade Concorrência Pública, para contratação de serviços de publicidade e propaganda, no valor de 70 milhões de reais, conforme segue:

- Foi procedida a adequação orçamentária necessária para garantir os recursos gráfico correspondentes às despesas iniciais do referido processo licitatório?

- Tal adequação está dentro dos limites conferidos ao Poder Executivo para proceder adequações orçamentárias?

- Tal alteração foi publicada no Diário Oficial? Juntar cópia da alteração procedida e informar a data em que foi tornada pública através do órgão oficial do Estado.

Sala das Sessões, em 13.12.2004.

(a) VALDIR ROSSONI

## REQUERIMENTO Nº 2268

Senhor Presidente:

Vimos através deste, mui respeitosamente, na qualidade de Deputado integrante da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sustentáculo no artigo 135, parágrafos 1º e 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, e artigo 55 da Constituição Estadual, ratificar a solicitação: informações ao Governo do Estado do Paraná através da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, com relação à venda do terreno localizado na Av. República Argentina, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da 5ª Circunscrição, matrícula sob nº 45.126, devendo também ser anexada a cópia do procedimento administrativo que deu ensejo a essa venda, bem como cópia do título de crédito responsável pela aquisição do negócio.

Assim sendo, aproveitando ainda esta oportunidade, desejamos as mais sinceras felicitações e o nosso voto de mais alta estima.

Sala das Sessões, em 13.12.2004.

(a) MARCOS ISFER

## REQUERIMENTO Nº 2269

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, em especial o artigo 135 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que o Secretário de Estado da Comunicação Social, Sr. Ailton Pissetti, informe qual o custo da campanha veiculada por rádios deste Estado, para divulgação do site: <www.gestãododinheiropublico.pr.gov.br>

Sala das Sessões, em 13.12.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIS CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, FERNANDO RIBAS CARLI e BARBOSA NETO.

## Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 487/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º, da Lei nº 81, de 17 de junho de 1988, alterada pelas Leis Complementares 86/00 e 91/02, que institui a Região Metropolitana de Londrina:

“Art. 1º - Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos Municípios de Londrina, Alvorada do Sul, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho, Ibioporã, Rolândia, Sertanópolis e Tamarana.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.12.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Alvorada do Sul, desde a sua instalação oficial em 14 de dezembro de 1952, está ligado geograficamente e historicamente ao Município de Londrina e com outros municípios da região, sendo assim, nada mais justo que o referido Município passe a pertencer à Região Metropolitana de Londrina.

Isto posto, esperamos contar com apoio dos nobres Pares para aprovação do presente plano de lei.

### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 488/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a Associação Ryuzo-Kan de Karatê - com sede e foro na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, sito à Rua Heitor Ferruci, 66 - Bairro Emboguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.2004.

(a) WALDIR LEITE

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Ryuzo-Kan de Karatê, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro em Paranaguá, Estado do Paraná, tem por finalidade difundir o karatê ou a prática do mesmo, segundo os princípios e ensinamentos dos mestres, ensinar, estimular e promover junto dos seus, desenvolvimento, elevação moral e física da juventude, tendo em vista sempre os altos interesses da Nação, promover atividades que visem aprimoramento técnico, incrementando competições, torneios do estilo no país e no exterior, podendo para tanto:

- realizar projetos de karatê nos bairros com parcerias diversas;
- realizar projetos buscando recursos através de leis de incentivo ao esporte, na esfera municipal, estadual e federal;
- implantar projetos em entidades assistenciais e comunitárias destinados às crianças carentes;
- realizar cursos de aperfeiçoamento em defesa pessoal, podendo expedir certificados;
- expedir certificados de graduação no karatê;
- apenas terá valor o certificado assinado em conjunto o presidente e o faixa preta mais graduado acima do 3º Dan.

Será aceito como associado, qualquer pessoa física, sem distinção de sexo, raça, nacionalidade, cor,

idéias políticas e religiosas e, que seja considerada como pessoa idônea, e de boa formação moral e que tenha por finalidade a prática ou incremento do karatê.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encerrada a leitura do Expediente, pela ordem concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, nas últimas Sessões nós tínhamos em debate as questões da Paraná Investimentos e Paraná Desenvolvimento.

Naquela oportunidade eu disse a V. Exa. e aos Deputados que nós precisávamos de informações para poder votar os dois itens que, coincidentemente, estão na pauta de hoje: item 24 e o item 25, Mensagem 301/2004 e Mensagem 302/2004.

Sr. Presidente, acabo de receber neste instante em minhas mãos algumas informações, portanto sem tempo de observar com detalhes requero a V. Exa. a possibilidade de retirar, por cinco sessões, esses dois projetos de lei que estão na pauta e que ainda não estão com as informações necessárias para que este Parlamentar possa votar sobre a extinção da carteira de Paraná Investimento e Paraná Desenvolvimento.

Pondero a V. Exa. porque os documentos que necessito e ainda não conheço o conteúdo, acabam de chegar.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Houve um entendimento anterior, Deputado Neivo Beraldin, entre V. Exa. e o líder do Governo para retirada do projeto até o dia de hoje.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Mas a informação da documentação chegou agora, neste instante, quer dizer não houve tempo.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu pediria a V. Exa. para discutirmos isso quando chegar a hora, no item 24 e 25.

Eu confesso a V. Exa. que quando há a retirada do projeto ele não pode ser retirado da pauta pela segunda vez, a não ser que haja entendimento entre os Parlamentares, entre as lideranças com V. Exa., aí eu poderia até aceitar sua argumentação.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Indago então a V. Exa. se pode o líder do Governo se manifestar no sentido de retirar de pauta, até porque não há tanta urgência de extinguir duas empresas públicas, sem as informações suficientes aos Srs. Deputados.

#### O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, tenho as informações e na hora devida vou passá-las aos Srs. Deputados. E o Deputado Neivo Beraldin recebeu também os documentos relativos

ao seu requerimento. E posso entrar num entendimento com o Deputado Neivo desde que seja até amanhã; se até amanhã estiver bom, nós deixamos até amanhã e votaremos terça e quarta. Mais um dia poderemos retirar sem problema. Mas votaremos ainda este ano, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Votamos à constitucionalidade hoje e amanhã se realmente não tiver um entendimento não se vota o projeto. Está bom assim?

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Sugiro a V. Exa. que seja retirado da Ordem do Dia hoje e seja reapresentado amanhã, porque também tenho dúvidas na questão Constitucional.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Como há um parecer da Comissão de Constituição e Justiça favorável ao projeto, acho que é um bom entendimento se votarmos hoje a constitucionalidade. E V. Exa. terá até amanhã para analisar as informações sobre o mérito da questão do projeto.

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Sr. Presidente, ainda não posso afirmar que todas as informações que foram encaminhadas neste instante à Casa sejam todas as informações que a Comissão necessita.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Na hora da discussão do projeto nós vamos resolver.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito Sr. Deputado Elio Rusch.

**O SR. ELIO RUSCH**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso esta tribuna na Sessão de hoje para fazer algumas considerações ao que está acontecendo no Estado do Paraná, mais especificamente com o pedágio, o avanço do pedágio. Peço a atenção dos Srs. Deputados desta Casa para o registro histórico que pretendo fazer sobre a situação das estradas do Paraná.

Poderia falar da situação precária das estradas que estão sob responsabilidade do Governo do Estado, dos milhares de buracos que causam acidentes e aumentam tremendamente os custos de transportes de mercadorias no nosso Estado.

Poderia eu falar sobre a falta de cumprimento das promessas do Governador de recuperar as estradas esburacadas.

Poderia eu, Sr. Presidente, falar sobre a falta de cumprimento da promessa eleitoral de baixar ou acabar com o pedágio nas rodovias terceirizadas. Tudo isso o Paraná inteiro, Srs. Deputados, já sabe.

Então, não preciso eu, Deputado Anibelli, recapitular novamente.

O Governador do Estado do Paraná não cumpriu a promessa de baixar o pedágio e há poucos dias ainda autorizou o aumento do pedágio, mas o registro que eu gostaria de fazer e que fique para a história e nos Anais da Assembléia Legislativa, é com relação ao Governo Federal, do Presidente Lula.

A imprensa destacou na semana passada, que o Governo Federal está transferindo para a iniciativa privada oito trechos de rodovias para serem pedagiadas no Brasil, num total de três mil quilômetros de estradas. Aqui no Paraná o Governo Lula vai passar para a iniciativa privada, três lotes de rodovias que juntos, terão mais quatro praças de pedágio. Uma das rodovias a ser pedagiada é a BR-116 entre São Paulo e Curitiba e na mesma rodovia ainda, Curitiba a Santa Catarina na região de Rio Negro e Mafra e a outra Rodovia é a BR-376, Curitiba-Garuva, Florianópolis, Itajaí e dentro do Paraná nós também teremos uma praça de pedágio.

Quero fazer este registro para que fique claro que o Governo do PT, que era contra a privatização quando estava na Oposição, mais uma vez, mudou de opinião. O PT levou dois anos para se convencer que o governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso estava certo na concessão de estradas para conservação pela iniciativa privada, até porque faltam recursos públicos para manutenção da maioria das rodovias. Aliás esse tema nós já debatemos muitas vezes na Assembléia. Quando alguém pergunta se sou contra o pedágio, eu, de sã consciência sou contra o pedágio mas quero rodovia boa. Como todos nós sabemos que o Governo não tem dinheiro, nem Governo Federal nem Governo Estadual, você tem que procurar as parcerias com a iniciativa privada e qual é o caminho? Pedagiar as rodovias, ou nós teríamos no Estado do Paraná, nessas rodovias pedagiadas, no anel da integração, totalmente as rodovias esburacadas, a exemplo de como está a grande maioria das rodovias estaduais do nosso querido Estado do Paraná.

Mas, nada melhor, Deputado Nelson Justus - e V. Exa. que foi também Secretário dos Transportes do Governo anterior - nada como um dia atrás do outro e as limitações do governo no meio para fazer o PT mudar de idéia quando era Oposição e agora, quando Governo.

Quero esclarecer ao Sr. Deputado desde já que não condeno a mudança do PT. Pelo contrário, eu acho que o PT quando governo tem uma situação hoje e quando era Oposição, a história era outra. O PT vê que realmente estava errado quando estava na Oposição e a mesma coisa, Deputado, nós poderíamos falar do próprio Governador Roberto Requião. Quando era Oposição e quando era candidato, dizia alto e bom som: “Eu acabo com o pedágio do Estado do Paraná”, “Eu abaixo o pedágio”.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Peço para concluir porque vou ser bem rígido no horário porque teremos mais duas Sessões Extraordinárias.

## O SR. ELIO RUSCH

Nada melhor que o próprio tempo que se encarrega de confirmar isso.

Finalizo. O que é que o Governador Requião vai fazer com aquela placa que está colocada na BR-376 ligando Curitiba ao litoral de Santa Catarina: “Pedágio baixa ou acaba!” Essa rodovia vai ser privatizada agora. Qual vai ser a posição do Governador Requião em relação a essa placa que está colocada na 376 que diz o pedágio baixa ou acaba. Não baixou, não vai acabar, pelo contrário, nessa rodovia...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Acabou o horário de V. Exa.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

## O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Com muita satisfação registramos aqui o encontro estadual do PDT que se realizou nesta capital no último sábado, com a presença de mais de setecentos pedetistas de todas as regiões do Paraná, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores eleitos, militantes, Movimento das Mulheres, da Juventude, Movimento Sindical, Movimento da Consciência Negra e contou com a presença do Presidente Nacional do PDT, Carlos Luppi, também do Secretário Nacional, Manoel Dias, oportunidade em que o Presidente Nacional disse da importância do Senador Osmar Dias assumir a liderança do PDT no Senado da República, bem como, da prioridade para o Estado do Paraná nas eleições de 2006, garantindo que a verticalização não irá prejudicar a candidatura de Osmar Dias ao Governo do Estado.

Aliás, o nosso Presidente estadual disse aquilo que todos já sabiam, que será candidato ao Palácio Iguaçu e há grande possibilidade da formação não apenas de um leque de alianças, mas de um verdadeiro movimento que sai do interior, rumo a esta capital, para apoiar a candidatura de Osmar Dias ao Governo do Estado. O Senador agradeceu as presenças dos Deputados desta Casa, Durval Amaral e Marcos Isfer, bem como, representantes de outros Partidos.

Aproveito também para registrar os 45 anos do falecimento do ex-Senador Abilon de Souza Naves que morreu após um enfarte quando participava de um jantar nesta capital.

Infelizmente não temos mais entre nós figuras da estirpe de Abilon Souza Naves que praticou a política com o mais elevado sentido de honestidade, de patriotismo e de espírito público e justamente por isso, era seguido por seus companheiros e respeitado por seus adversários eventuais e aproveito também para repercutir aqui, com lamentação inclusive, a entrevista dada pelo Governador do Estado do Paraná, à TV Tarobá nesse final de semana, em que foi de uma infelicidade total. Lamentavelmente criticou Senadores paranaenses,

dizendo que os mesmos atrapalham o Governo em Brasília, que dormem a tarde inteira e que não fazem nada em benefício do progresso do Paraná.

É lamentável que um Governador utilize desse tipo de expediente para achincalhar os representantes paranaenses do Senado da República.

Aqui vai uma defesa ao Senador Álvaro Dias, já que o Governador fugia das perguntas sobre o pedágio, sobre a segurança, sobre o aporte de recursos na saúde. Ameaçou inclusive por diversas vezes deixar o estúdio da televisão se os jornalistas insistissem nessas perguntas. Mais do que isso estava preocupado na estética do Senador Álvaro Dias, se o implante, se o botox tinham caído bem ao Senador.

Esse é o verdadeiro desserviço que o principal mandatário do nosso Estado num tom sarcástico, agride uma autoridade que tão bem representa o nosso Estado, em Brasília.

É a nota destoante do final de semana, está repercutindo inclusive nas emissoras de rádio, nos jornais, que realmente não é digna a postura de um Governador se referir de maneira jocosa, intempestiva e com sarcasmo mordaz contra um ex-Governador do Estado, que inclusive, o apoiou para que ele ganhasse a sua primeira eleição para o Governo do Estado.

Era o meu pronunciamento com pesar. Uma nota de desagravo em relação às lamentáveis colocações feitas pelo Governador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, Deputado Valdir Rossoni.

## O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Volto ao assunto da entrevista do ilustre Governador na TV Tarobá, ontem reprisado na TV Educativa.

O Governador na verdade, é agressivo, para não dizer mal-educado. Quando o jornalista lhe fez a pergunta qual foi a atitude que ele tomou? Entre várias perguntas que ele não quis responder. Quando ele não quer responder ele agride o entrevistador.

Uma das perguntas foi a seguinte: - O senhor quando foi candidato a Governador, no debate, o senhor falou que “ou o pedágio baixava ou acabava”?

Daí, ele não quis responder porque o repórter fez a seguinte pergunta: O senhor baixou, mas o senhor fez algumas concessões, por exemplo, a ligação entre Cascavel e Foz do Iguaçu era para ser duplicada e o senhor retirou os compromissos da concessionária?

Daí, ele partiu para a agressão e disse na entrevista, que se continuasse fazendo aquele tipo de pergunta ele se ausentaria do programa.

Quem não tem resposta tem que se ausentar do programa.

A segunda questão, aí é uma questão gravíssima porque mexe com uma denúncia. Voltamos aqui com



uma questão - “Secretário da Indústria e Comércio, Sr. Mussi e o Secretário da Comunicação, Pissetti”. O repórter educadamente fez uma pergunta ao Governador. “Sr. Governador, mediante a denúncia feita pelo Secretário Mussi que o Secretário da Comunicação estava pedindo propina, qual foi a sua atitude - houve uma reprimenda, o senhor chamou atenção. Qual foi sua atitude”. Na verdade ele não disse uma palavra sobre a questão e não respondeu a pergunta.

E aí fico perguntando, hoje que dia é - 13 de dezembro, amanhã 14, depois dia 15 e onde está o compromisso do Líder do Governo que traria aqui o Secretário da Comunicação. Essa é uma pergunta, só falta querer trazer aqui o Secretário da Comunicação no dia 19, sábado, às três horas da tarde. Porque daí ele vem sozinho. Ora! Se estamos no dia 13, amanhã 14, só temos dois dias e estamos votando as últimas matérias para encerrar o ano. Estamos votando o orçamento do Estado. E a presença do Secretário Pissetti não se faz presente.

E fez muito bem a pergunta o repórter naquela entrevista. Porque já que o Secretário não vem nós temos que tirar nossas conclusões. Ou o Secretário da Indústria e Comércio naquela oportunidade mentiu, faltou com a verdade e teria que ser demitido pelo Governador ou o Secretário Mussi apresenta ao Governador essas provas e ele demite o “propinoduto”. É o mínimo que se esperava do Governador, a quem canta em verso e prosa.

Na verdade, Deputado Durval Amaral, esse Governo está caindo numa vala que não tem mais respostas pelos seus atos. Para quem, à primeira vista, aqui falava em honestidade. Primeiro para falar em honestidade nós queremos a resposta da questão dos dois Secretários. O Governador deve à sociedade paranaense uma resposta. Ou um está mentido ou o outro tem que ser demitido por corrupção.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra à Deputada Cida Borghetti para prestar homenagem, dentro das comemorações dos 150 anos de criação Política do Estado do Paraná, com entrega de uma medalha à família do Sr. Eurípedes Garcez do Nascimento.

Dr. Loth, como era conhecido, nasceu em 30 de novembro de 1888, formou-se em medicina no Rio de Janeiro, desempenhou cargo de grande importância na vida pública do Estado. Dirigiu o Hospital das Clínicas e foi fundador do Instituto de Proteção à Criança. Também foi Deputado Estadual e ajudou a fundar a Universidade do Paraná, onde foi catedrático de pediatria, dermatologia, fisiologia entre outras matérias.

Com a palavra a Deputada Cida Borghetti.

#### A SRA. CIDA BORGHETTI

Boa tarde, Sr. Presidente; 1º Secretário, Deputado Carlos Simões; 2º Secretário, Deputado meu colega na fundação do PDS Jovem do Paraná, Deputado Marcos Isfer; o Deputado Elio Rusch também foi, conosco; Sras. e Srs. Deputados; imprensa, família homenageada na tarde de hoje; convidados que aqui estão; como membro da comissão de comemoração do sesquicentenário do Estado do Paraná, sinto-me bastante honrada em poder prestar esta homenagem na tarde de hoje.

(Lê):

“A grande coragem é a prudência.” Eurípedes Garcez do Nascimento.

Eurípedes Garcez do Nascimento, conhecido como Dr. Loth, nasceu em Curitiba em 30 de novembro de 1888, filho de Francisco Nascimento e Olímpia Garcez do Nascimento.

Após os estudos preliminares em Curitiba, estudou no Rio de Janeiro, onde formou-se em medicina em 1912, tendo defendido tese sobre hanseníase, que lhe valeu aprovação com distinção.

Iniciou a carreira docente em 1917 na cadeira de fisiologia da recém-fundada Faculdade de Medicina do Paraná e lecionou a parte do programa referente ao sistema nervoso. No mesmo ano, com a morte de Manoel Suplicy de Lacerda, catedrático da cadeira de farmacologia e arte de formular, por aproximadamente quarenta anos.

Eurípedes Garcez do Nascimento prestou inestimáveis serviços à Faculdade de Medicina do Paraná. De 1948 a 1956 foi diretor da Faculdade de Medicina.

Participou do início do ensino de pediatria na Faculdade de Medicina, como médico do Dispensário Infantil, que antecedeu o Hospital de Crianças e que em 1930 transformou-se numa policlínica dirigida por ele.

Em 1944 foi dele a iniciativa de doar o prédio da sede, à Rua Ébano Pereira, para a Universidade do Paraná com a finalidade expressa de ali ser construída uma policlínica universitária que se chamou Policlínica Professor Garcez do Nascimento. A policlínica, que deveria incluir um dispensário infantil, perdeu parte de seu propósito com a criação do Hospital de Clínicas, mas até hoje o imóvel integra o patrimônio da Universidade do Paraná. Onde funciona o Centro Acadêmico de Medicina Nilo Cairo.

No serviço público foi diretor do Posto de Puericultura Doutor Cândido de Leão e do Departamento de Saúde Pública do Paraná. Na revolução de 1930 trabalhou como médico da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros.

Integrou-se no governo instalado no Paraná e assumiu a Secretaria de Interior, Justiça e Instrução Pública, foi membro do conselho consultivo do governo provisório e ocupou interinamente, por quatro vezes, a Interventoria Federal no Estado, substituindo o interventor Manoel Ribas, em 1943.

Elegeu-se Deputado na Assembléia Legislativa do Paraná em 1935, mas teve o mandato interrompido em 1937 pelo golpe de Estado que fechou o Poder Legislativo. Durante a gripe espanhola, que assolou as principais capitais brasileiras, em 1916, e na primeira febre tifóide, em 1917, prestou serviços relevantes à comunidade.

Eurípedes Garcez do Nascimento é o patrono da Cadeira 16 da Academia Paranaense de Medicina. Eurípedes Garcez do Nascimento faleceu em Curitiba em 23 de setembro de 1960.

Agradecemos a colaboração do Dr. Iseu Affonso da Costa, médico que nos brindou com obra contendo a biografia dos patronos da Academia Paranaense de Medicina, entre os quais nosso ilustre homenageado.”

Quero, neste momento, homenagear a família que está aqui na tribuna de honra, Sr. Presidente Hermas Brandão, famílias que também ajudaram a construir a história do nosso Paraná: Dr. Domingos Manssani e sua esposa Norma, neta do homenageado; sua mãe, D. Eloá, viva, com quase cem anos e que está ainda entre nós; suas netas: Ingrid Stelfeld, Camile Stelfeld, que estão aqui nos prestigiando; também o Dr. Lauro Stelfeld; a Rosane Krüger, neta do homenageado; Vera Garcez Nascimento, que eu tenho também a honra em dizer que é minha irmã; neta do homenageado; os bisnetos, o meu sobrinho, Carlos Renato Garcez do Nascimento, e com muita honra e muito orgulho, mas antes disso gostaria de convidar a nossa colega Deputada, professora, que enquanto nós passamos a medalha ao homenageado, que eu tenho orgulho de anunciar, José Roberto Garcez do Nascimento, neto do homenageado, a Deputada vai ler uma crônica escrita para o homenageado.

#### A SRA. ELZA CORREIA

Por ocasião da morte de Eurípedes Garcez do Nascimento, publicou-se a conhecida crônica, de autoria de José Augusto.

(Lê):

“Vivemos juntos, durante dilatados anos, num período de afeto e admiração recíprocas. Ele, o peregrino dos caminhos santos do bem, que à similitude dum beneditino, que saísse todas as manhãs para pregar a virtude, teria que seguir por aquelas sendas arejadas, a fim de partilhar com os seus semelhantes, as esperanças e os desenganos, as alegrias e as dores, entregue ao sublime sacerdócio, que, voluntariamente, abraçara. Alma simples e boa, poucos poderiam igualá-lo, na sublimada grandeza de virtudes inatas. O destino reservara-lhe o cumprimento de santificada missão de levar ao desditoso, que soube, corajosamente, suportar a vida, o ânimo forte de melhor suportar a morte. É que além da mística consoladora, animada por uma crença robusta e ardente, que nos anuncia com antecipação, a paz no silêncio dos túmulos, há os predestinados, que nos levam o bálsamo consolador da resignação, na extrema hora, de abandonar para sempre o mundo mau em que vivemos. Todos os seres humanos entram sorridentes pela larga porta da vida, para

saírem desconsolados pela estreita passagem, que os conduz as alcandoradas regiões do infinito. Aqui a terra árida e desencantada, o silêncio profundo dos cláustros, das tumbas, das louzas. Silêncio que é a mudez de tudo o que não fala.

Do outro lado, a surpreendente e indecifrável incógnita que nos veio dos milênios, que se foram e que ingressará nas tumultuantes eras, que há de vir. “O corpo que morre é como um frasco de fina essência, que se quebra involuntariamente, deixando a casa por muito tempo impregnada de aroma, até que o tempo vai desvanecendo e fica, somente, a saudade que é a memória do coração”. Quem o visse passar por aquelas límpidas e arejadas sendas onde, somente, se estendem mãos generosas, em demanda dum tugúrio, onde a miséria vive ou escalando as luzentes escadarias dos palacetes, onde a luxúria impera, poderia atinar que Eurípedes Garcez do Nascimento, levava na larga fronte o mesmo ânimo forte, nos lábios o sorriso dos bons, a mesma humildade, a mesma disposição de socorrer alguém, que lhe solicitara a augusta presença.

Findou-se um dia o grande mestre. Banqueou o róble frondoso, a cuja sombra, generosa e acolhedora, tanta gente se abrigou. Consideremos de preferência, assinalava insigne pensador, a morte como um refúgio que nos espera ou como um seguro porto. É fácil suportar a morte quando o que morre goza nos últimos momentos, a recordação duma existência limpa de toda mácula. Perdeu o Paraná, um de seus mais dedicados filhos, a ciência, um de seus melhores servidores e os desvalidos, um de seus mais dedicados protetores. Somente devemos evocar os mortos para orar por eles. Esta descolorida crônica, leva o sentido de comovida prece.

Nada mais.”

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Horário das Lideranças.

Consulta as Lideranças do PL, PSL.

(Declinam)

No horário do PPS concedo a palavra ao Deputado Ratinho Júnior.

#### O SR. RATINHO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna relatar do congresso que teve no dia 11, último sábado. Congresso Nacional do PPS, na cidade do Rio de Janeiro.

Lá estivemos debatendo horas e horas e chegou-se à conclusão que o PPS deve se afastar do Governo do PT, principalmente abrindo mão de seus cargos.

Na sexta-feira, dia 10, também tivemos uma reunião onde lideranças do PDT Nacional estiveram presentes. Através de uma grande conversa preparando uma aliança para as eleições de 2006. Para que o PPS e o PDT caminhem juntos buscando um nome para a candidatura à presidência.

Tivemos o nosso representante, o Deputado Marcos Isfer, na reunião do PDT do Estado do Paraná, já trabalhando essa discussão dessa união nacional do PPS com o PDT em todo o país. É uma aliança que irá acontecer. Não a fusão, porque é algo muito demorado. Mas a aliança já está sendo discutida, deixando que cada Estado fique independente. Onde puder unir haverá união e onde não couber a união cada um andarà independente buscando o seu rumo e o seu projeto próprio.

O principal foi o Congresso do dia 11, onde o PPS resolveu abrir mão de fazer parte da base aliada do Governo Lula. Foram mais de oito horas de debate e discussão e chegou-se à conclusão, pela maioria no voto, que o PPS deveria sair do Governo Lula por vários motivos. Principalmente porque o PPS tem sido um aliado fiel ao Governo Lula. Até o dia do Congresso o PPS honrou com os compromissos. Foi o único Partido que votou integralmente com a Bancada do PT, na unanimidade, principalmente nas reformas, até porque o PPS é um Partido reformista.

Chegou o momento de dar um basta neste casamento. Até porque a parceria é boa quando é boa para os dois. E para o PPS não tem sido boa ou para o PT não tem sido boa. E há mais de quatro meses o Presidente Nacional do Partido, Roberto Freire, tem buscado conversar com o Presidente Lula, levando uma carta aprovada no Congresso Nacional do PPS, mostrando os erros e os acertos no Governo Lula. Para que o PPS pudesse sugerir e dar conselho ao Governo Lula.

Faz quatro meses e não se tem uma resposta do Governo Lula, uma ligação para dizer se aceita conversar e se aceita sugestões do PPS, Partido este que, por muitas vezes uniu-se ao PT pelas mesmas brigas, disputas e ideologias, mas, lamentavelmente, o PT vem fugindo daquilo que pregou a vida inteira, vem fugindo daquilo que prometeu em suas campanhas de 90, 94, 98 e 2002.

O Governo do PT abriu mão de conversar com o PPS, que não é um Partido fisiológico, para conversar com Antônio Carlos Magalhães, com quem o Presidente Lula tem se reunido muitas vezes e por muitos momentos até pessoalmente. Tem se reunido com Antonio Carlos Magalhães mensalmente, quinzenalmente, fazendo jantares. Tem se reunido com Jader Barbalho!

Quer dizer, o Governo Lula que tanto criticou essas oligarquias, acabou fazendo com que elas ressurgissem e abriu mão de um Partido sério, de um Partido que sempre pregou pela igualdade social, sempre lutou pelas melhorias da nossa classe trabalhadora. Então, é lamentável que o PT que pregou a vida inteira essa seriedade, esse discurso da igualdade social contra os banqueiros, tenha tido atitudes erradas e, na verdade, não mudando nada, fazendo com que o continuísmo do Fernando Henrique Cardoso prosseguisse em 2000, 2002 até 2006.

A partir do dia 12, o PPS sai do Governo Lula para ficar independente e fazendo aquilo que ele mais sabe fazer: suas propostas. O PPS quer mostrar, mais do que nunca, que não é um Partido fisiológico, que não é um

Partido que só prega pelos cargos, pela caneta cheia, tudo aquilo que o PPS não gosta e não quer e sim, é um Partido que prega pelo programa de governo, pela sugestão e por um trabalho de um país mais sério, de um país mais justo.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulta à Liderança do PSB, PTB, PP, PFL, PSDB, PDT.

(**Todas Declinam**).

Consulta à Liderança do PT se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Sr. Deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente; Sras e Srs. Deputados; comunidade aqui presente, em especial o movimento que luta por trinta horas na Saúde; servidores públicos atentos também ao Orçamento, à necessidade de reparação no Orçamento do ponto de vista das despesas de pessoal do ensino superior e de outros setores:

Quero reafirmar o compromisso de votar junto com o setor da Saúde pela derrubada do veto pelas trinta horas para os servidores, já que isso é uma conquista, uma luta antiga dos servidores da Saúde.

Sr. Presidente, ao final do ano esta polêmica em relação à forma como os Partidos devem se comportar com o Governo Federal que, naturalmente, traz repercussões aqui para o Estado do Paraná.

Em relação à questão PT/PMDB é bom reafirmar, com todas as letras, que essa crise começou em 2003: críticas costumeiras, contumazes e deselegantes por vezes; Ministros de Estado foram páginas de jornal, ocuparam e formaram títulos; também ataques a Deputados do PT, seja vindo de setores do Palácio, escrevendo em jornais, disseminando mentiras, ataques que todos nós assistimos. Portanto, o que acontece hoje em nível nacional, pouca importância teria se não estivéssemos assistindo apenas o desdobramento natural de uma política de tencionamento permanente com a política econômica do Governo Lula, mas que também os jornais já o dizem que paralelamente à crítica à política econômica que, vale dizer - sempre critico o Governo Lula por aquilo que dá certo.

Vi outro dia, um outdoor comemorando 500 mil empregos no Paraná. Será que esses empregos foram conseguidos? Se foram, então de grande monta, sob o auspício da política econômica de qual país? Do Paraguai ou do Brasil? E vale dizer também que é sob os auspícios dessa política econômica que de fato não é fácil implementar porque exige responsabilidade. Quem sabe se o Ministro da Fazenda fosse o Governador do Estado nós teríamos uma equação melhor ou pior, porque talvez o calote na dívida teria se instalado. Talvez desonrar contratos fosse uma prática. Mas, é mais um desdobramento

de um processo natural que acontece. E é natural na política.

Quero reafirmar aqui o respeito que tenho com o PMDB, porque o PMDB tem toda a legitimidade e o direito de tomar o seu caminho, de preparar a sua candidatura presidencial, de discordar, de apoiar eventualmente. Não há aqui nenhuma crítica ao Partido que toma o seu caminho porque a autonomia partidária é conquista da democracia, é fundamental, o pilar básico para o processo político.

O que faço é apenas relembrar que esse momento nada mais é do que o desdobramento natural de uma política de tencionamento.

Quero deixar claro, é um pano de fundo também em relação à dificuldade que o Governo de Estado vive de recursos financeiros. Quer o Governador, Deputado Marcos Isfer, que o Governo Federal acolha os chamados títulos podres de Alagoas, Guarulhos e Santa Catarina que foram objetos de uma CPI e aqueles mesmos que foram ditos serem ilegais, o Governo Federal - segundo vontade do Governador - o receberia nas parcelas, tendo caixa para solucionar os seus problemas de caixa.

Portanto, é mais um passo. Isso vai acontecendo.

Quero, ao concluir, dizer que a posição do meu partido será tirada no dia 18. Tenho dito que a base política da relação do PT, não com o PMDB, mas com o Governador Roberto Requião sempre teve a ver com a relação nacional, com relação do respaldo que um Governo Nacional precisa.

Esperávamos sim, como reciprocidade do passado, uma defesa do Governador de apoio ao Governo Lula em especial que os resultados positivos aparecem. Mas, o tempo passa e a história política do Paraná relembra momentos difíceis onde nem sempre acordos foram honrados, nem sempre apoios tiveram reciprocidade, nem sempre os acordos foram à luz do dia, acordos brancos. O processo da política vai continuar e o PT, como Partidos dos Trabalhadores, vai continuar implementando a política que faz crescer, sim, a autonomia nacional e as condições do Brasil de se desenvolver para melhorar a vida do seu povo!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

PMDB, Deputado Dobrandino da Silva.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero aqui também registrar que ocorreu em Brasília no dia de ontem, a Convenção Nacional do PMDB, que aprovou por unanimidade aquilo que já tinha sido discutido que é a entrega dos cargos que o PMDB ocupa no Governo Federal. Sejam os dois cargos de Ministro, sejam os cargos que não são muitos, que o Partido tem em alguns cargos de estatais, embora de segundo e terceiro escalão, importantes.

Muito se tem especulado de um rompimento com o Governo Federal. Não é isso. A Bancada vota naquilo

que é de interesse do Brasil, mas não por compromisso ou por obrigação porque tem cargo no Governo. O Partido quer, como foi frisado aqui por outros Partidos, como no caso do PPS, a independência livre, para que o Partido tome o seu caminho - tem razões para isso.

Nada contra o Presidente Lula. Imagino que ele está fazendo um esforço e tem o lado bom do seu Governo, mas tem um lado que não podemos concordar, como por exemplo, a continuidade e a centralização federal, que já vinha antes - agora, imagino em mais intensidade - não é aquilo que se apregoa hoje nas televisões, rádios e jornais, que o País está às mil maravilhas, não é verdade isso. A grande maioria dos municípios brasileiros está quebrando - estão literalmente quebrados, como também a maioria dos Estados, em função da política centralizadora do Ministério da Fazenda. Não concordamos com isso - pronunciei há poucos dias, aqui, nesta Casa - que o Partido tem que adotar as seguintes medidas: deixar os cargos que tem no Governo, apoiar as votações, naquilo que é de interesse do Brasil. Vamos elaborar um projeto, o nosso Partido, em nível nacional, e vamos defendê-lo. Não é esse projeto do Ministro Palocci e do PT.

Em função disso, discordamos e vamos discutir em todo o Brasil, para que em 2006, o Partido possa lançar candidato e defender uma tese em nível nacional, na qual entendemos que será melhor para o Brasil.

Nada contra à nossa Bancada, pela qual temos um respeito muito grande àqueles que são nossos amigos, os Deputados do PT, com toda essa convivência maravilhosa.

Cito aqui o Presidente do PT, Deputado Anibelli, que em função das críticas que o Governo que tem feito ao Governo Federal e o Requião tem dito sempre que tem um carinho enorme e orgulho de ter defendido a eleição do Presidente Lula, de um operário que se tornou Presidente da República, mas ele, como aliado, tem a obrigação de criticar aquilo que acha estar errado. Não são denúncias; são críticas no bom sentido e nisso imagino que o Governo está certo.

Aqui, no Paraná, os nossos amigos, colegas Deputados do PT, principalmente o Presidente do PT que tem feito costumeiramente críticas severas ao Governo, que ultimamente não vem dando aquele apoio que imaginávamos, por ser a Bancada aliada. Tem ele todo o direito e merece de nós o respeito e a decisão que tomarem. Nós somos um partido e eles, outro. Ele tem todo o direito de tomar a sua decisão. Quanto às críticas, elas são recíprocas, porque temos recebido muitas deles.

No próximo ano começa o processo de eleição. Faz parte da democracia esse comportamento dos Partidos. Imagino que toda a crítica que vier, sendo construtiva, é bem-vinda. A convenção ontem foi aprovada, aqueles que vão deixar o Governo, que têm cargo, estarão fora do Governo e só não acontecerá, Deputado Anibelli, se anularem na Justiça a convenção. Isso foi votado. Queremos que aquilo que é de interesse do Brasil deva ser votado.

Partido sério, Deputado sério, Senador sério, Vereador sério, aquilo que é interesse maior, deve votar a favor. Não pode votar contra, só porque é de outro Partido. Fazer Oposição só por fazer, não deve! Tem que fazer Oposição naquilo que acho que não está correto, mas naquilo que é de interesse nacional o nosso Partido deve e tem que apoiar o Governo do Presidente Lula.

Então, imagino o seguinte: a nossa posição é uma posição correta, de um Partido maduro e que quer o bem do Brasil.

Concedo um aparte ao Deputado Anibelli.

#### O Sr. Antonio Anibelli

Inscrevi-me para apartear-lhe, mas em razão do tempo eu abro mão.

Somente quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz de forma inteligente. Tanto o PPS como o PMDB discordam, porque temos uma eleição presidencial. Existe o segundo turno para que os Partidos concorram, puxem os seus Governadores, Senadores e Deputados e depois os programas se encontrem no segundo turno.

Parabéns a V. Exa!

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Concede-me um aparte, Deputado Dobrandino?

#### O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Com prazer eu cederia, mas meu tempo já se esgotou.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está concluído o seu tempo, nobre Deputado.

Peço a sua compreensão, porque teremos mais duas Sessões hoje.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Faço uso da palavra pela ordem, Sr. Presidente, para que, se o Governo do Estado do Paraná, do Roberto Requião, estiver insatisfeito com alguma posição deste Parlamentar, que demita todos os meus indicados.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Waldir Leite, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 371/2004, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Padre Paulo Campos, que acrescente a letra “t” ao artigo 14, inciso II, da Lei nº 11580/96 (ICMS). **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 371/2004 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 14, inciso II, alínea “n” da Lei 11580/1996 passará a ter a seguinte redação:

“n) tratores, microtratores, máquinas e implementos agropecuários e agrícolas classificados nos códigos, posições ou subposições 8701.10.0100, 8701.90.0100, 8701.90.0200, 8201, 8424.81, 8432, 8433, 8436 e 8437 DA NBM/SH; o) veículos automotores novos, classificados nos códigos 8701.20.0200, 8701.20.9900, 8702.10.0100, 8702.10.0200, 8702.10.9900, 8702.90.0000, 9703.21.9900, 8703.22.0101, 8703.22.0199, 8703.22.0201, 8703.22.0299, 8703.22.0400, 8703.22.0501, 8703.22.0599, 8703.22.9900, 8703.23.0101, 8703.23.0199, 8703.23.0201, 8703.23.0299, 8703.23.0301, 8703.23.0399, 8703.23.0401, 8703.23.0499, 8703.23.0500, 8703.23.0700, 8703.23.1001, 8703.23.1002, 8703.23.1099, 8703.23.9900, 8703.23.0101, 8703.24.0199, 8703.24.0201, 8703.24.0299, 8703.24.0300, 8703.24.0500, 8703.24.0801, 8703.24.0899, 8703.24.9900, 8703.32.0400, 8703.32.0600, 8703.33.0200, 8703.33.0400, 8703.33.0600, 8703.33.9900, 8704.21.0100, 8704.21.0200, 8704.22.0100, 8704.23.100, 8704.31.0100, 8704.31.0200, 8704.32.0100, 8704.32.9900, 8706.00.0100 e 8706.00.0200, e na posição 8711, da NBM/SH, quando a operação seja realizada sob o regime da sujeição passiva por substituição tributária, com retenção do imposto relativo às operações subsequentes, observado o disposto no parágrafo 2º deste artigo;”

Art. 2º - Fica acrescentada a letra “u” e “v” ao inciso II do artigo 14, da Lei 11580, de 14 de novembro 1996 com a seguinte redação:

“u) produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias: reboques e semi-reboques (8716.3900), eixos, exceto de transmissão e suas partes (8708.60), elevadores e monta cargas (8428.10), escadas e tapetes rolantes (8428.40) e partes de elevadores (8431.31).

v) produto classificado na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (código NCM: 22.01.10.00 - Ex. 1 - águas minerais e naturais e 22.01.90.00 - Outros (Água mineral com gás)).”

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 09.12.2004.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

## ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 587/2003, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que altera dispositivo da Lei nº 5.944 de 21 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar) e da Lei nº 5.940, de 08 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Praças da Polícia Militar). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e SP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

## ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 641/2003, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, que cria o Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de abuso sexual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDH. COM EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

## ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 067/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que dispõe sobre a utilização do Gás Natural Veicular (GNV) no transporte público estadual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CF. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

## ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 227/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que estabelece a obrigatoriedade de sinalização nos postes ou suportes onde se encontram instalados os medidores de velocidade. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

## ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 279/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que

dispõe sobre o direito e as garantias do contribuinte e dá outras providências. (defesa do consumidor). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

## ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 441/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche Casa do Leite do Município de Umuarama, com sede e foro no Município de Umuarama. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

## ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/2004, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que altera a Lei nº 14.427, de 07 de junho de 2004, que dispõe o uso do aparelho desfibrilador. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/2004, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública o Centro de Reintegração de Apoio à Família-CRAAF, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/2004, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Barão do Rio Branco, ensino médio e fundamental, com sede e foro no Município de Assaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 416/2004, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social dos Campos Gerais - ASCG, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/2004, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente e Paulo de Kaloré, com sede e foro no Município de Kaloré. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO

GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

**Aprovado o Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça, artigo por artigo.**

### ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 431/2004, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, que declara de Utilidade Pública a Associação Atleta do Amanhã, com sede e foro no Município de Paranaíba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 432/2004, de autoria do Deputado Doutor Luciano Ducci, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Protetora dos Animais, com sede e foro no Município de Paranaíba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 436/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que introduz alterações na Lei nº 11.580 de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDAS DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de nº 01, de autoria do Deputado Durval Amaral, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

#### SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 436/2004

Art. 1º - Acrescenta parágrafo 10 e alíneas ao artigo 25 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, com a seguinte redação:

“Art. 25 - .....

.....

§ 10 - Ressalvadas as demais formas de aproveitamento de créditos de ICMS previstas na legislação tributária, os créditos acumulados resultantes de operações de exportação de mercadorias e serviços para o exterior e de operações internas ao abrigo de diferimento ou de suspensão do pagamento, poderão ser utilizados também nas seguintes hipóteses:

a) para integralização de capital subscrito em empreendimento novo instalado no Estado do Paraná, que poderá utilizá-lo para compensar com débitos de ICMS próprios, inclusive os de importações, bem como para retransferência dos créditos aportados como capital de empreendimento novo, a outros estabelecimentos na compra de bens de capital e ou de matérias-primas;

b) para quitação de débitos fiscais inclusive de terceiros, ainda que inscritos em dívida ativa;

c) para pagamento do ICMS devido pelo próprio contribuinte em razão de programa de incentivo;

d) para pagamento de aquisição de bens de capital e ou de matérias-primas;

e) para pagamento do ICMS devido no desembaraço aduaneiro de bens e mercadorias importadas por terceiros por portos e aeroportos paranaenses.

Art. 2º - O montante de transferência corresponderá ao valor do saldo credor da GIA/ICMS apresentada no mês anterior ao da transferência.

Art. 3º - O contribuinte transferente do crédito deverá emitir nota fiscal para transferência do saldo credor e lançar o valor correspondente, no mês da emissão, a débito na conta gráfica.

Art. 4º - O contribuinte transferente dos créditos deverá entregar ao destinatário do crédito a 1ª via da nota fiscal relativa à transferência de crédito, cópia de suas GIAs/ICMS dos últimos seis meses anteriores ao da transferência dos créditos e certidão negativa de tributos estaduais.

Parágrafo Único - O destinatário dos créditos, após verificar que o transferente não possui débitos inscritos em dívida ativa, com base na certidão negativa de tributos estaduais que lhe foi fornecida pelo transferente, e que o crédito que está recebendo correspondente a, no máximo, ao valor do saldo credor apresentado pelo transferente na sua GIA/ICMS do mês anterior ao da transferência, deverá comunicar à Cooperação da Receita do Estado a realização da operação de transferência mediante a entrega, protocolizada, de cópia da 1ª via da nota fiscal relativa à transferência de crédito.

Art. 5º - A Coordenação da receita do Estado terá quinze dias, a contar da data do protocolo referido no parágrafo único do artigo anterior, para obstar a transferência de crédito, mediante expressa notificação ao destinatário do crédito comprovando que o transferente dos créditos:

I - não está em atividade no Estado, no regime de apuração do ICMS, há pelo menos dois anos;

II - possui créditos tributários inscritos em Dívida Ativa;

III - não apresentou GIAs/ICMS nos últimos seis meses anteriores ao da transferência, com saldo credor.

Parágrafo Único - A não manifestação pela Coordenação da receita do Estado de óbice fundamentado em um dos incisos do *caput* deste artigo importará que o destinatário do crédito poderá lançar o crédito do ICMS recebido em transferência.

Art. 6º - Sobrevindo o desfazimento da operação de transferência, o destinatário do crédito deverá estorná-lo na sua conta gráfica, se já apropriado, mediante emissão de nota fiscal e comunicar à Agência de Rendas do

seu domicílio tributário, no mês em que ocorrer a devolução, ou devolver ao transferente do crédito a 1ª via da nota fiscal relativa à transferência, cujo crédito ainda não tenha sido apropriado.

Parágrafo único - O estabelecimento que havia transferido o crédito lançará as notas fiscais de que trata o *caput* deste artigo a crédito na sua conta gráfica.

Art. 7º - O uso da sistemática prevista nesta lei não implicará reconhecimento da legitimidade do crédito transferido, nem homologação dos lançamentos efetuados pelo contribuinte transferente.

Parágrafo Único - O contribuinte destinatário do crédito que deixar de efetuar o protocolo de que trata o parágrafo único do artigo 4º ou que apropriar o crédito em mês anterior ao indicado na nota fiscal de transferência, fica sujeito à glosa do crédito indevidamente recebido ou utilizado em transferência, sem prejuízo da imposição da multa aplicável ao caso, prevista na legislação pertinente.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.12.2004.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Barbosa Neto, Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Martins, Ademar Traiano e Elio Rusch.

**O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça, dando por encerrada a discussão.**

#### ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 442/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública, a Creche Inácia Dutra Duarte, no Município de Umuarama, com sede e foro no Município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Em votação o Substitutivo Geral da CJ. Os Deputados que aprovam o Substitutivo, permaneçam como estão.

**Aprovado, o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

#### ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 448/2004, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Alexandre Curi, que dispõe que o Poder Executivo compensará dívidas de devedores dos "ativos" adquiridos pelo Estado do Paraná, oriundos do Banco do Estado do Paraná, com precatórios contra a Fazenda Pública Estadual, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF.

Sobre o referido projeto, requerimento nº 2270, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expe-

diente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões do Projeto de Lei nº 448/2004.

#### ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 454/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre o concurso para remoção nos serviços notariais e de registros. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo, com voto contrário da Deputada Elza Correia.**

#### ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 455/2004, de autoria do Deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a estadualização do Colégio Agrícola Oeste do Paraná - Ensino Médio e Profissional, no Município de Palotina e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 20

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 456/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública, o CEMIC - Creche Recanto do Amor, com sede e foro no Município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 21

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 457/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 13.212, de 29.06.2001, que dispõe sobre alterações à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, incidente sobre carnes e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 22

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 458/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 11.580 de 14 de novembro de 1996. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a Emenda da CCJ.**

#### ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que torna obrigatório às empresas de ônibus de linhas convencionais estaduais, intermunicipais e de turismo, prestarem informações de segurança aos passageiros quando da partida dos mesmos dos terminais rodoviários. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC E SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 021/2004, de 31.03.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



## PROJETO DE LEI Nº 093/2004

P A R E C E R :

**Do Relatório**

O Projeto de Lei nº 093/2004 de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Luiz Carlos Martins, tem por escopo tornar obrigatório às empresas de ônibus de linhas convencionais estaduais, intermunicipais e de turismo, prestarem informações de segurança aos passageiros, quando da partida dos mesmos dos terminais rodoviários.

**Da Fundamentação**

Chamada esta Comissão a manifestar-se, conforme artigo 43 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e diante da síntese supra resta-nos analisar constitucionalmente o texto do projeto de lei em epígrafe, diante do que não se vislumbra inconstitucionalidades.

**Da Conclusão**

Contudo, em análise técnica jurídica depreende-se do projeto de lei em epígrafe a constitucionalidade quanto à iniciativa, desse modo sendo o voto do relator submetido à apreciação dos nobres colegas Parlamentares apresentando parecer favorável ao Projeto de Lei nº 093/2004.

Sala das Comissões, em 18.09.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 093/2004

P A R E C E R :

**Do Relatório**

O Projeto de Lei nº 093/2004, de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Luiz Carlos Martins tem por escopo tornar obrigatório às empresas de ônibus de linhas convencionais estaduais, intermunicipais e de turismo, prestarem informações de segurança aos passageiros, quando da partida dos mesmos dos terminais rodoviários.

**Da Fundamentação**

Chamada esta Comissão a manifestar-se, conforme artigo 43 parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, e diante da síntese supra, resta-nos analisar o mérito sob a ótica da segurança pública, diante do que se vislumbra tratar de projeto de relevância para a segurança dos passageiros a fim de que todos tenham conhecimento das formas de prevenção de acidentes.

**Da Conclusão**

Contudo, em análise do mérito depreende-se do projeto de lei em epígrafe o interesse social e relevante caráter preventivo do mesmo, desse modo sendo o voto do relator favorável ao Projeto de Lei nº 093/2004.

Sala das Comissões, em 28.06.2004

(a) DELEGADO BRADOCK

Presidente e Relator

## COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

## TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

## PROJETO DE LEI Nº 093/2004

P A R E C E R :

Chamada a manifestar-se a respeito do Projeto de Lei nº 093/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que torna obrigatório às empresas de ônibus de linhas convencionais estaduais, intermunicipais e de turismo, prestar informações de segurança aos passageiros quando da partida dos mesmos dos terminais rodoviários, esta Comissão apresenta parecer favorável, tendo em vista tratar-se de mais um importante instrumento que visa melhorar a segurança dos passageiros que utilizam os referidos ônibus.

Especialmente em casos de veículos equipados com ar-condicionado, quando as janelas permanecem fechadas durante toda a viagem, é fundamental que os passageiros tenham conhecimento das saídas de emergência e dos procedimentos a serem tomados em caso de acidentes.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

**ITEM 24**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 21/2004, que autoriza o Poder Executivo nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores, a dissolver, liquidar e extinguir a empresa Paraná Investimentos S/A, com sede em Curitiba, constituída através da Lei nº 11.428, de 14 de junho de 1996. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Em votação. (Publ. no DA nº 070/2004, de 12.08.2004, em Mensagem).**

**O SR. NEIVO BERALDIN (Para Discutir)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Estamos aqui votando os Projetos de Lei 301 e 302. Um versa sobre a Paraná Investimentos e o outro, sobre a Paraná Desenvolvimento. Eu acabei de dizer que tínhamos acabado de receber algumas informações sobre as empresas e, a grosso modo, aqui, estou vendo a movimentação financeira da Paraná Investimentos.

Ela teve um grande volume de recursos e investiu, inclusive, 37 milhões de reais na FERROESTE; investiu parece-me que 59 milhões de reais na construção de estradas no Paraná. Nós precisamos saber onde foram feitas essas estradas e onde foram investidos os 37 milhões da FERROESTE. Aqui nós temos também de infra-estrutura quatorze milhões: Paraná 12 Meses, quinze milhões; pequenas propriedades rurais, quatro milhões, dez milhões; transferências de recursos para o programa Paraná 12 Meses, COHAPAR, dez milhões; estradas rurais, caminhos da educação, 41 milhões; aeroportuárias, hidrovias e ferrovias, 35 milhões de reais.

Então Sras. e Srs. Deputados, essa empresa, Paraná Investimentos, investiu muito dinheiro público oriundo especialmente da venda de ações da COPEL. É bom lembrar, por exemplo, que a Paraná Ambiental investiu 34 milhões de reais da Paraná Investimentos. Mas, onde foram aplicados esses 34 milhões?

Outros valores expressivos, administração e execução da política de meio ambiente, cartografia fundiária, 12 milhões e 560 mil reais. Ambiental Recursos Hídricos do Paraná, 18 Milhões e 980 mil reais.

Então Sras. e Srs. Deputados, nós estamos a extinguir aqui, sem conhecimento de causa, uma empresa que vendeu pelo menos a metade do patrimônio da COPEL porque se nós lembrarmos que em 1995 o Estado possuía 86% do valor da COPEL e hoje só temos 31%...

Gostaria da atenção do Deputado Anibelli.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O orador solicita que os Parlamentares acompanhem o seu pronunciamento.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

É, Sr. Presidente, o respeito vai bem em qualquer lugar, dizia a minha avó.

Então, sinceramente, sem pedir para nossa assessoria técnica avaliar estas pequenas informações recebidas nestes dois últimos dias...

Eu posso esperar V. Exa. falar e depois continuo o meu pronunciamento. Eu estou no microfone encaminhando um processo de votação, aqui há um grupo falando alto, evidentemente que ninguém está interessado no que eu estou falando!

#### O SR. ANTONIO ANIBELLI

Eu, absolutamente, não estou interessado no que V. Exa. está falando; estou interessado na administração da Casa.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Pois é, veja, V. Exa. Sr. Presidente, que estamos falando em milhões de reais para não falar em bilhões!

Então efetivamente este negócio de final de ano, Sr. Presidente, há uma série de projetos a serem votados e parece que a história se repete, porque no ano retrasado votamos aqui oito anos de prestação de contas do Governo Lerner, num dia só!

Acho que se fosse perguntado certamente ninguém queria discutir mas há, quem sabe, um dado que é preciso que se chame a atenção dos Srs. Deputados: como conselheiros da administração de uma das empresas, estão aqui dois Deputados. Um o Deputado Nelson Justus e o outro, o Deputado Rafael Greca de Macedo. Logo, este debate deveria ser travado com toda tranqüilidade, sobretudo quem foi conselheiro dessas empresas, poderia subsidiar os Srs. Deputados com estas informações.

Evidentemente são informações que nós vamos requisitar, independente da manifestação contrária deste ou daquele Parlamentar porque entendemos que é de fundamental importância, ao extinguir uma empresa, que se traga junto uma auditoria contábil, fiscal e financeira. O que não podemos é jogar um balde de areia em cima de um processo bastante complexo como esse, simplesmente porque alguém deseja que essas empresas sejam encerradas!

Um bodegueiro, para encerrar o seu pequeno comércio, tem que encaminhar a certidão negativa. Cadê a certidão negativa? Quem sabe se essas empresas estão com a certidão positiva? Quem sabe se estão deixando um passivo para o Estado, que seja um passivo que deverá ser honrado pelos trabalhadores, sobretudo aqueles menos favorecidos pela sorte?

Eu preciso saber onde foi investido esse dinheiro da Paraná Investimento! Por lá passaram 11 bilhões de ações pertencentes ao povo do Estado. Este dinheiro ingressou na Paraná Investimento! Para onde foi?

Como entrou? Como saiu? Isto é obrigação do Estado!

Faço essas indagações em nome da população que não está aqui para fazê-lo, porque elegeram-nos exatamente para sermos atentos aos interesses do Estado do Paraná, sobretudo o que diz respeito à movimentação do dinheiro público.

#### O SR. NATÁLIO STICA (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiro, quero lembrar que essas duas mensagens se encontram aqui na Casa praticamente um ano. Passou pelas Comissões, está à disposição de todos os Deputados há praticamente um ano. Então, não veio no final do ano no afogadilho, como insinuou o Deputado Neivo, que todo final do ano chega mensagem. Pode ser essa a prática, mas não é o caso do Governador Requião.

Em relação à Paraná Investimentos, que me parece a mais polêmica, temos aqui um histórico resumido. E o Deputado Neivo tem em mãos com muito mais detalhes. E essa empresa foi criada e acabou fazendo as operações da COPEL e o dinheiro de todas as operações realizadas, foram para o Tesouro do Estado, que fez as suas aplicações conforme tenho aqui detalhado, e o Deputado Neivo tem ainda em pormenores.

Por exemplo, tem um resumo de aplicações dos recursos pelo Tesouro Estadual do ex-Governador Jaime Lerner, onde mostra aqui o percentual aplicado da totalidade dos recursos que foram repassados dessa empresa Paraná Investimentos para o Tesouro do Estado. E, aqui, tem, por exemplo, Paraná 12 Meses - 96 milhões 779 mil. 13%. Paraná Mais Transporte, 366 milhões. E assim vai, totalizando 736 milhões 775 mil, o que dá 100%. Essa empresa não fez nenhuma aplicação a não ser passar para o Tesouro do Estado, que fez a sua aplicação. Se alguém deve alguma explicação, aqui, é o ex-Governador, já que essa empresa está paralisada desde o ano 2000, e por isso

o Governador Requião quer extingui-la. Essa empresa não tem papel neste Governo.

Já não tinha papel a ser executado nos últimos anos do Governo passado, portanto, não justifica a sua manutenção, bem como a empresa Paraná Desenvolvimento, que foi a que fez a compra de ações da Renault e basicamente esse dinheiro hoje deve estar todo perdido por conta de uma má negociação na época, repito do ex-Governador também. E hoje a outra empresa, Paraná Desenvolvimento tem um saldo bancário de 58 mil, que é fruto de uma integralização em dinheiro, feita na época pela BANESTADO Participações, no valor de 100 mil. Foi o único, porque o Fundo de Desenvolvimento Econômico tinha um capital subscrito de 79 milhões 450 mil.

Portanto, seria a grande operadora dessa empresa, o Fundo de Desenvolvimento Econômico-FDE. No entanto, não integralizou nenhum centavo. Ficou apenas na vontade. Quem põe dinheiro? A Paraná Participações colocou 100 mil reais e destes foram pagas as despesas e tem um saldo de 58 mil. Portanto, há que se extinguir também essa empresa.

Amanhã, na 2ª discussão, que é onde efetivamente vamos discutir a matéria, se for necessário faremos aqui uma discussão mais aprofundada, mas vamos manter a votação e pedindo para votar SIM na primeira e nas demais votações.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Nelson Justus.

**O SR. NELSON JUSTUS**

Sr. Presidente, o meu encaminhamento, de certa forma, fica um pouco prejudicado, uma vez que o Deputado Stica, de certa forma já o fez, mas eu ainda vou morrer e não vou ver tudo!

Não me passa pela cabeça e acho que não pode passar pela cabeça de nenhum ser normal aqui dentro desta Casa, que o Governador Requião queria extinguir essas duas empresas para encobrir erros do Governador Jaime Lerner.

Só me falta alguém dizer isso aqui dentro!

**O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)**

No entanto, é perfeitamente cabível saber aonde foram construídas estradas com esse dinheiro que está nessa empresa e quanto se gastou em cada uma delas. Isso é fundamental que se saiba, porque é muito fácil chegar... aliás, aconteceu sim, aqui. Nós aprovamos as contas de Jaime Lerner e não devíamos ter aprovado porque sequer existia a prestação de contas do BANESTADO. Nós aprovamos as contas do Governador Requião (1992-1993) e...

**O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)**

Gostaria que o ilustre Parlamentar dissesse qual é a questão de ordem dele, porque está fazendo novamente o encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Já fez o encaminhamento. Está cassada a palavra do Deputado Neivo Berardin.

Quero que V. Exa. informe qual é o artigo do Regimento que está sendo violado.

**O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)**

Nós entendemos, e a Oposição entende essas duas mensagens do Governo.

Vou encaminhar simultaneamente as duas; estão dentro do caráter discricionário do Sr. Governador. Efetivamente, essas duas entidades perderam o objetivo, razão pela qual o Governo resolve extinguir essas duas entidades. A preocupação da Oposição seria com relação aos cargos comissionados eventualmente criados, se eles ainda iriam remanescer, não vão. Estão sendo extintos juntamente com essas entidades, razão pela qual a Oposição não encontra nenhuma dificuldade, nobre Líder do Governo, em votar com o encaminhamento de V. Exa. Entendemos que o Governador tem toda a prerrogativa para pôr fim a uma entidade, as segundas secretarias. Sempre que a medida for de redução de despesa, haveria muito menos razão se as entidades já não funcionam mais, manter os cargos comissionados e manter as pessoas nomeadas.

Perdeu o interesse, perdeu o objetivo, razão pela qual nós apoiamos a mensagem do Governo extinguindo essas entidades.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Em votação o item 24, 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 301/2004.

**Aprovado.**

Justificativa de voto Deputado Neivo Berardin.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Quanto tempo me cabe a justificativa de voto?

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

A justificativa de voto nobre Deputado, V. Exa. deverá fazer por escrito. Vou dar-lhe três minutos.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Então eu solicito à nossa assessoria da Mesa, que faça o documento por escrito, que eu assinarei na sequência.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

V. Exa. é que tem que fazer a justificativa de voto, não a Mesa fazer por V. Exa.!

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Fazer por escrito? Eu não posso fazer por escrito à mão. Se vamos tratar dessa maneira, então vamos fazer dessa maneira.

Solicito à minha assessoria que bata o requerimento, para que eu possa justificar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós daremos por recebida a sua manifestação.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

O Deputado Neivo Beraldin não está entendendo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O artigo 161 fala o seguinte, Deputado Neivo Beraldin: “É lícito ao Deputado depois da votação enviar à Mesa para a publicação a declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais sem lhe ser permitido, todavia, lê-la ou fazer a seu respeito qualquer comentário da tribuna”.

Então V. Exa. encaminhe por escrito, que daremos por recebido e publicaremos a sua declaração de voto.

O SR. NEIVO BERARDIN

Evidentemente, eu não poderei fazer essa correspondência num instante sem informações técnicas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. devia fazer justificativa de voto, não declaração.

O SR. NEIVO BERARDIN

V. Exa. está colocando uma situação regimental. Eu me inscrevo então em explicações pessoais.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Perfeitamente, nobre Deputado, V. Exa. está inscrito.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

O item 25 também fala em Empresa Paraná Investimentos S/A. Acho que o correto deveria ser Paraná Desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem toda a razão, realmente na publicação foi feito erroneamente o nome da empresa.

O nome da empresa será “Empresa Paraná Desenvolvimento S/A.”

O SR. NEIVO BERARDIN

Vai ser retirado ou vai continuar em pauta?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vai continuar em pauta. Não há um motivo como um erro de impressão, já que estamos justificando aqui verbalmente o nome correto: é Paraná Desenvolvimento S/A. Não há motivo para retirarmos de votação.

## ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 22/2004, que autoriza o Poder Executivo nos termos da Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores, a dissolver, liquidar e extinguir a empresa Paraná Investimentos S/A, com sede em Curitiba, constituída através da Lei nº 11.742, de 19 de junho de 1997. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2004, de 12/08/2004 - Mensagens).**

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Gostaria, antes de entrarmos na leitura dos requerimentos, de solicitar ao Líder do Governo nesta Casa, já que há um clima de entendimento da Oposição com a Situação, inclusive foi dito pelo próprio Deputado Natálio Stica a necessidade de se enviar o anteprojeto que regulamenta aquelas classes de servidores que não foram contemplados de acordo com a legislação, contratados anteriores à Constituição de 1988.

São os servidores que conseguiram o direito de se especializar, inclusive, com o curso superior e, aproveitando que o ano legislativo se encerra agora, na próxima quarta-feira, seria justo, por parte do Governo do Estado, que o Sr. Botto de Lacerda acatasse essa determinação a fim de que possamos privilegiar e contemplar as classes dos servidores, do Quadro Próprio do Poder Executivo, para que eles pudessem receber esse benefício que é de direito dessa categoria, já que estão solicitando isso há algum tempo.

Não é de bom tom fazer com que eles padeçam por mais um ano na expectativa de que sejam regulamentadas as suas carreiras por parte do Governo do Estado.

Gostaria de solicitar publicamente, já que foi feita essa solicitação por duas semanas para o Deputado Stica, a fim de que o Procurador Botto de Lacerda pudesse aceitar esse anteprojeto de lei.

Se houver a aquiescência de V. Exa., eu gostaria de pedir aqui, em nome dos servidores do Estado, Sr. Deputado Líder da Situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2245, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2253, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2254, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2255, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2256 a 2260, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2263, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2265, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2266, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2267, de autoria do Deputado Elio Ruch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2268, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2269, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Martins e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Neivo Beraldin, inscrito.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. O que me traz nessa tarde à tribuna, é o seguinte: essa empresa, Paraná Investimentos foi criada e teve alguns Diretores: Domingos Murta Ramalho, de 21/06/96 a 29/04/99; Valter Alves de Souza 29/04/99 a 23/04/2000; Otaviano F. Ferraz de 23/04/2000 a 05/02/2003; Olimpio Filho 05/02/2003 até o presente. Diretor Técnico, Nelson de Freitas Guimarães 21 de 96 até o presente. Conselho de Administração: Miguel Salomão, Giovani Gionédis, Eduardo M. Dias, Alexandre Beltrão, Frederick Keller, Nelson Justus, Lubomir Ficinski, Tonim, Rafael Greca de Macedo, José Cid Campêlo, Eduardo Siarra, Romiro... Não vou me alongar sobre os nomes que faziam parte do Conselho e da Carteira que gerenciavam então a Paraná Investimento, e a Paraná Desenvolvimento.

Basicamente, Srs. Deputados, a empresa investiu em muitos setores, vendeu ativos da COPEL, pegou esse dinheiro e investiu em vários Departamentos do Estado. Por exemplo, FERROESTE - 37 milhões na FERROESTE. Por que, se a FERROESTE tinha sido privatizada? Ela foi privatizada por 25 milhões e recebeu 37 milhões de reais para investimento! Aonde foi?

Cinquenta e nove milhões para construção de estrada, em quais estradas? Aonde foi? Paraná Ambiental, por que tanto dinheiro? Paraná Habitação tem 37 milhões, 752 mil. Onde foram construídas as casas?

Querem me dar o título de “inoportuno” quando abordo essa situação. Essa história se deu na CPI do BANESTADO, quando alegavam que estávamos equivocados,

só que o povo do Paraná paga 50 milhões por mês por conta do furo do BANESTADO! E até março de 2029! E ninguém vai desmentir que nós aprovamos, aqui, as contas do Governo Lerner e também do Governador Roberto Requião num único dia! E que não constava, sequer, o prejuízo do Banco do Estado, o lucro! Simplesmente, o Banco do Estado não estava na peça do Orçamento! Como não estava na peça do Orçamento o ingresso deste dinheiro, fruto da venda das ações da COPEL? Ou será que nós queremos este Estado, sempre, da farsa, de dizer que aqui é um Estado modelo? Modelo para poucos! E fome para muitos!

Quando me levanto, o faço porque tenho assessoria técnica que me ampara, para que aqui venha tornar público o que querem fazer, sem o mínimo de explicações!

Então, o que recomendo aqui como o normal? É o que vou encaminhar no dia de amanhã! Parágrafo 1º: “A dissolução, liquidação, extinção a que se refere o artigo anterior só se efetivará mediante uma completa auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e uma auditoria independente. Parágrafo 2º: Os recursos a que se refere o artigo 2º serão disponibilizados após envio de uma auditoria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O que quer dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que o Tribunal de Contas deve - se ainda não tem e se tivesse já teria anexado - estas informações. Eu duvido que as tenha, porque no caso da CPI do BANESTADO, o Tribunal de Contas sofreu vexame em ser convocado para depor, e para não estar aqui na CPI, num único dia colocou em votação todas as contas em todos os períodos do BANESTADO da época. Cadê a prevenção, a assessoria técnica, o órgão auxiliar que deve prestar apoio a este Poder? Porque aqui, sim, se vota para rejeitar ou para aprovar! Não para dar parecer favorável ou contra!

Eu acho que o Tribunal de Contas já deveria ter aprendido a lição e deveria estar aqui, anexado a essa mensagem governamental, informações contábeis, financeiras e tudo mais, para que não viesse aqui nenhum Deputado tentando desviar o assunto, dizendo que são anormais as colocações feitas por este Parlamentar! As mesmas posições anormais são aquelas que levaram vinte e tantos Diretores para o Ahu e mais de duzentos indiciados por crime e que estão respondendo na Justiça!

Está chegada a hora, minha gente, mais do que hora, de o Parlamento fazer a sua parte!

#### O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 054, 269, 276, 305 e 351/2004.

Levanta-se a Sessão.